



continuação
13 Intangível
Saldos em 31/12/2020 Movimentações 2021 Adições Baixas Transf. Saldos em 31/12/2021 Movimentações 2022 Adições Baixas Transf. Saldos em 31/12/2022

Impairment: Considerando o cenário de incertezas apresentado pelo Covid-19, conforme apresentado na Nota 1, foram identificados indicadores de perda por impairment e, por esse motivo, foi realizado teste de impairment para 31 de dezembro de 2022, a fim de testar a recuperabilidade do valor contábil do Ativo Intangível. Foram considerados na análise os impactos no fluxo de caixa projetado, assim como os efeitos na taxa de desconto e cenários incluindo o Reequilíbrio Econômico-Financeiro ("REF") de exercícios futuros.

14 Salários e encargos sociais
Salários a pagar 595 291
Impostos de Renda - IRRF 726 662
FGTS a recolher 721 334

15 Fornecedores
Fornecedores nacionais 33.998 30.083
Fornecedores estrangeiros 1.406 2.730
Total 35.404 32.813

16 Instrumentos financeiros derivativos
Ativo Passivo Ativo Passivo
Swaps de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa (a) 264 754
Parcela circulante 264 764

Efeito dos derivativos no resultado
Swaps de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa - provisão (2.645) 242

(a) Swap de taxa de juros: Os valores de mercado dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2022, correspondem a R\$ 264. Essas operações foram contratuadas em conjunto com o empréstimo obtido com o Banco Votorantim (Nota 17) e são registradas a valor justo por meio do resultado (Nota 28).

17 Empréstimos e financiamentos
Circulante 2022 2021
BNDES 65.195 1.134.025
Votorantim 4.297 17.026
Finame 69.492 1.151.213

Movimentação de empréstimos e financiamentos:
Saldo em 31 de dezembro 2022 2021
Liberação 15.678 19.663
Pagamento de principal (83.128) (59.757)

Financiamento infraestrutura
Emprestimo em moeda estrangeira 1.243.250 (109.225)
Financiamento de equipamentos 239 (77)
31 de dezembro de 2021 1.260.217 (109.004)
Financiamento infraestrutura 1.697.124 (610.231)
Emprestimo em moeda estrangeira 4.311 (14)

Banco
31 de dezembro de 2021 873.836
BNDES fev/14 492.067 dez/33 TILP + 3,14% 683.836
BNDES abr/14 61.946 dez/33 TILP + 3,14% 85.084

Nos contratos de financiamentos foram apresentadas as seguintes garantias: Cessão Fiduciária de Recebíveis; Penhor de Ações da Infraerica Participações; Penhor de Ações da Infraerica Concessionária do Aeroporto de Brasília; Fiança Corporativa dos Acionistas: American International Airports LLC - AIA, A.C.I. Airports S.A.R.L. - ACI e Corporação América S.A. - CASA.

18 Compromissos com o poder concedente
Contribuição variável - Outorga 9.130 6.206
Contribuição fixa - Outorga (a) 4.068.558 3.674.252
Compensação financeira (b) (9.860) (10.378)

Circulante (a) 797.939 495.047
Não circulante 3.269.889 3.175.033
Total 4.067.828 3.670.080

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Infraerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Infraerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infraerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

(a) A exigibilidade do pagamento da Contribuição Fixa referente ao ano de 2021 está atualmente suspensa enquanto a decisão liminar esteja vigente (Nota 1), sendo mantida no ativo circulante. (b) Compensação referente ao REF de ganho do pleito junto a ANAC por redução da tarifa estabelecida da Teca (terminal de carga) após contrato de concessão, reequilíbrio financeiro Scanner e reequilíbrio financeiro dos impactos relacionados ao Covid-19 (nota 1).

Movimentação dos compromissos com o poder concedente:
2022 2021
Saldo em 31 de dezembro 3.670.080 3.223.973
Pagamento da Outorga fixa (a) (81.579) (159.079)
Pagamento de contribuição variável (b) (6.206) (4.918)

20 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis
A Companhia possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda, classificadas pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:
2022 2021
Prováveis
Regulatórias/Administrativa 618 618

21 Outros passivos
Circulante 2022 2021
Repassse FNAC (a) 6.700 6.700
Repassse ATAERO (b) 8.969 8.969
Repassse PAN/PAT (c) 272 251

22 Resultado financeiro
Recelitas Financeiras
Juros sobre aplicações financeiras (a) 15.245 2.717
Descontos obtidos 391 430

23 Receita operacional líquida
Recelita bruta - Tarifária 250.141 170.372
Recelita bruta - Não Tarifária (a) 262.933 177.757
Contribuição mensal (50.191) (33.565)

24 Custos dos serviços prestados
Pessoal 4.559 4.544
Serviços de terceiros (67.575) (61.741)
Utilidades e telecomunicações (25.238) (20.194)

25 Despesas administrativas
Pessoal (24.557) (22.548)
Serviços de terceiros (a) (11.967) (4.224)
Amortização e depreciação (2.025) (1.759)

26 Despesas de comercialização
Pessoal (7.522) (5.215)
Serviços de terceiros (830) (118)
Tecnologia da informação (233) (307)

27 Outras receitas e despesas operacionais líquidas
Baixa Intangível/Imobilizado 2022 2021
Perda com crédito tributário (241) (168)
Recuperação de despesas (a) 6.218 2

28 Resultado financeiro
Recelitas Financeiras
Juros sobre aplicações financeiras (a) 15.245 2.717
Descontos obtidos 391 430

29 Despesas financeiras
Juros sobre aplicações financeiras (a) 15.245 2.717
Descontos obtidos 391 430

(a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999. O valor repassado corresponderá sempre a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2021, esse repasse foi extinto pela Lei nº 14.034, de 05 de agosto de 2020; (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrados dos usuários. A partir de 1º de janeiro de 2017 este adicional foi extinto pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016; (c) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme o PMD (Peso Máximo da Decolagem); (d) Garantias diversas estabelecidas nos contratos de cessão de espaço. Caso não ocorram quebras contratuais, tais valores serão devolvidos aos respectivos clientes; (e) Refere-se ao valor dos investimentos em benfeitorias a serem realizados no estacionamento, repassados à Companhia conforme previsto no contrato de exploração do estacionamento; (f) A contribuição mensal, sancionada pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016, é um adicional cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 23,44%, que substituiu a partir de 1º de janeiro de 2017 o repasse ATAERO. Esse percentual é recolhido ao Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) e corresponde a 35,90% (ATAERO) descontado os tributos. A partir de 1º de janeiro de 2023 esta contribuição estará extinta pela Lei 14.368, de 14 de junho de 2020. O pagamento da competência Outubro e Novembro de 2022, foi realizado por meio de oferta de precatórios federais ao Ministério da Infraestrutura (Nota 18 - a).

Movimentação da Contribuição Mensal do exercício:
2022 2021
Saldo em 31 de dezembro 8.984 7.150
Apropriação 50.191 33.565

22 Patrimônio líquido
Capital social: O capital social é representado por 1.825.000.000 de ações nominativas, sendo 930.750.000 ações detidas pela Infraerica Participações S.A. e 894.250.000 ações detidas pela Infraero, representativo a 51% e 49%, respectivamente.
2022 2021
Infraero Participações Total Infraero Participações Total

23 Receita operacional líquida
Recelita bruta - Tarifária 250.141 170.372
Recelita bruta - Não Tarifária (a) 262.933 177.757
Contribuição mensal (50.191) (33.565)

24 Custos dos serviços prestados
Pessoal 4.559 4.544
Serviços de terceiros (67.575) (61.741)
Utilidades e telecomunicações (25.238) (20.194)

25 Despesas administrativas
Pessoal (24.557) (22.548)
Serviços de terceiros (a) (11.967) (4.224)
Amortização e depreciação (2.025) (1.759)

26 Despesas de comercialização
Pessoal (7.522) (5.215)
Serviços de terceiros (830) (118)
Tecnologia da informação (233) (307)

27 Outras receitas e despesas operacionais líquidas
Baixa Intangível/Imobilizado 2022 2021
Perda com crédito tributário (241) (168)
Recuperação de despesas (a) 6.218 2

28 Resultado financeiro
Recelitas Financeiras
Juros sobre aplicações financeiras (a) 15.245 2.717
Descontos obtidos 391 430

29 Despesas financeiras
Juros sobre aplicações financeiras (a) 15.245 2.717
Descontos obtidos 391 430

Despesas Financeiras
Ajuste a valor presente - Direito de concessão (134.484) (137.388)
Juros, encargos e taxas bancárias (108.076) (92.728)
Correção monetária - Direito de concessão (b) (341.401) (433.235)

Resultado Financeiro Líquido
(a) O aumento em rendimentos financeiros ocorreu em função da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2022 foi de 13,65% (em 31 de dezembro de 2021 foi de 9,15%). (b) A correção monetária sofre impacto direto do IPCA que, em 31 de dezembro de 2022 foi de 5,79%, acumulado (em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,06%) (c) Receita de juros sobre saldo de crédito tributário de PIS e COFINS. (d) Partes relacionadas com A.C.I. Airports (Nota 7).

29 Imposto de renda e contribuição social
A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias, base negativa e prejuízo fiscal auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado a seguir: (a) Reconciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivos: O imposto de renda e a reconciliação social efetivos no exercício referem-se:
Imposto de renda e contribuição social 2022 2021

Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício
Diferenças permanentes (1.669) (2.087)
Diferido - Prejuízo Fiscal de efeitos passados (77.643) (77.643)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, fundamentando na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e em este técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Devido à ausência de previsão de geração de lucro tributável no curto prazo e a falta de sinalização definitiva da ANAC sobre a concessão dos Reequilíbrios Econômico-Financeiros de longo prazo, a Auditoria Independente solicitou que a Concessionária simulasse um cenário, limitando a obtenção de Reequilíbrios Econômico-Financeiros em no máximo 5 anos, mesmo a Companhia entendendo que tem direito a um Reequilíbrio até o final da Concessão, por estudos realizados por consultoria independente. O resultado do referido cenário indicou uma recuperabilidade de R\$ 286,5 milhões do ativo fiscal diferido, em contraste com os R\$ 364,1 milhões atualmente registrados, resultando em uma perda de recuperabilidade de R\$ 77,6 milhões.

Composição do Imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo
2022 2021
Ativo
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL 1.279.776 1.131.877

Diferenças temporárias
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 7.125 2.745
Perdas estimada para créditos de liquidação duvidosa 4.537 2.396

Imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos
(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme inciso IV do artigo 69 da Lei nº 12.973/2014.

Movimentação do Imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos:
2022 2021
Saldo em 31 de dezembro 269.062 320.227
Prejuízo Fiscal - Efeitos passados (77.643) -

Saldo em 31 de dezembro 2022 2021
BNDES 65.195 1.134.025
Votorantim 4.297 17.026
Finame 69.492 1.151.213

30 Seguros
A Companhia possui um programa de gerenciamento de risco para mitigar riscos, contratando a cobertura de seguros compatíveis com seu tamanho e operações no mercado. Os valores dos seguros são considerados suficientes pela administração para cobrir possíveis perdas, levando em consideração a natureza das atividades, os riscos envolvidos nas operações e o conselho de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

Bens segurados Riscos cobertos Valor segurado Vigência
RO - PATRIMONIAL Perdas e danos nos Bens Patrimoniais 893.250 dez/2022 a dez/2023

SEGURO GARANTIA Garantia de execução do contrato de concessão junto à ANAC 250.420 dez/2022 a dez/2023

SEGURO GARANTIA FINANCIERA... Garantia Contrato Engie 1.799 jan/2023 a fev/2024

SEGURO FROTA ÔNIBUS Cobertura Frota Ônibus 400 jun/2022 a jun/2023

SEGURO FROTA VEÍCULOS Cobertura frota de veículos 400 jun/2022 a jun/2023

(a) Seguro contratado em moeda estrangeira (Dólar estadunidenses).

Operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar nestas demonstrações financeiras, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicá-lo expresso fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou re-

presentações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras apresentam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, incluindo as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Brasília, 19 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC ZSP000160/O-5 Marcos Magnusson de Carvalho Contador CRC 15P215373/O-9